

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.345.875 - PR (2018/0207041-1)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : **WYNY DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COUROS LTDA**
ADVOGADO : **ALTHAIR FERREIRA DOS SANTOS JUNIOR E OUTRO(S) - PR055532**
AGRAVADO : **ESTADO DO PARANÁ**
PROCURADOR : **CLIFFORD GUILHERME DAL POZZO YUGUE E OUTRO(S) - PR056836**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por WYNY DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COUROS LTDA., em que pretende a admissibilidade de recurso especial que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 708):

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ICMS. AQUISIÇÃO DE COUROS E PELES NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. CONSENTIMENTO DE CRÉDITO PRESUMIDO AO FORNECEDOR NA ORIGEM. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. FORMAL INCONFORMISMO. CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE SOBRE NORMAS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. DESNECESSIDADE. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL DE FORMA UNILATERAL PELO ESTADO DE ORIGEM. INCIDENTE DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 1017662-2/01. MATÉRIA EXAMINADA PELO STF. CONSTITUCIONALIDADE DO DECRETO ESTADUAL Nº 2.131/2008. AUSÊNCIA DE CONVÊNIO DO CONFAZ. BENEFÍCIO FISCAL SEM EFEITO (ART. 155, § 2º, I E XII, "G" DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ART. 8º, I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 24/1975). CONVENIÊNCIA DE GLOSA DE CRÉDITOS SOB PENA DE CONFIGURAR GUERRA FISCAL. RECURSO PROVIDO. REEXAME NECESSÁRIO PREJUDICADO.

No apelo nobre (e-STJ fls. 768/784), a recorrente busca o reconhecimento do direito ao creditamento no Estado de destino do ICMS devido ao Estado de origem e que não foi efetivamente recolhido em razão de benefício fiscal concedido sem prévia autorização do CONFAZ.

A empresa também interpôs recurso extraordinário, o qual foi sobrestado, em razão do Tema n. 490 do STF.

Contraminuta às e-STJ fls. 857/861.

Passo a decidir.

A questão objeto do apelo extremo foi afetada ao rito da repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos da seguinte ementa:

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. ICMS. GUERRA FISCAL. CUMULATIVIDADE. ESTORNO DE CRÉDITOS POR INICIATIVA UNILATERAL DE ENTE FEDERADO. ESTORNO BASEADO EM PRETENSA CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL INVÁLIDO POR

Superior Tribunal de Justiça

OUTRO ENTE FEDERADO. ARTS. 1º, 2º, 3º, 102 e 155, § 2º, I DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 8º DA LC 24/1975. MANIFESTAÇÃO PELA EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL DA MATÉRIA.

(RE 628.075 RG, Relator Min. JOAQUIM BARBOSA, julgado em 13/10/2011, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-228 DIVULG 30-11-2011 PUBLIC 01-12-2011).

Nesse contexto, reconheço que a existência de recurso extraordinário que trata do mérito da matéria acima identificada é prejudicial à análise do recurso especial, razão pela qual os autos deverão retornar ao Tribunal de origem para que lá seja realizado o juízo de conformação com o julgamento do recurso representativo da controvérsia a ser prolatado pela Suprema Corte.

Somente depois de tomada essa providência, que representa o exaurimento da instância ordinária, é que os autos poderão ser encaminhados para esta Corte, para que aqui possam ser analisadas as questões jurídicas suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

Ante o exposto, DETERMINO o sobrestamento do julgamento deste recurso especial até a realização do juízo de conformação pela Corte de origem com o que vier a ser decidido pelo STF no julgamento do RE/RG 628.075 (Tema 490), bem como a devolução dos autos ao Tribunal *a quo*, com a respectiva baixa, para que essa providência seja efetivada.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator